

O impacto do Pronaf B sobre a satisfação dos agricultores familiares de Minas Gerais¹

Rosimere Miranda Fortini²
Suely de Fátima Ramos Silveira³
Vinicius de Souza Moreira⁴

Resumo – O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado em 1996, visa promover o desenvolvimento rural sustentável, de modo a ampliar a capacidade produtiva, geração de empregos e melhoria de renda. Para tanto, há uma linha de atuação específica, o Pronaf B, direcionado aos agricultores familiares com rendimento anual de até R\$ 20 mil. Assim, o objetivo da pesquisa foi avaliar o impacto do Pronaf B, sob a percepção dos beneficiários das mesorregiões Jequitinhonha e Norte do estado de Minas Gerais, em relação à produção, à renda e à qualidade de vida. Foram visitados 17 municípios, entrevistados 143 beneficiários e 53 indivíduos com características semelhantes aos pronafianos, mas não beneficiados pelo programa (grupo controle). O tratamento estatístico dos dados baseou-se na Estatística Descritiva, no Alfa de *Cronbach*, no teste *Kolmogorov-Smirnov* (K-S) e no teste de médias. Evidenciou-se que não há efeitos do programa na produção, não garantindo aumento de renda agropecuária, havendo impacto mais expressivo somente na qualidade de vida, reflexo de um possível desvio dos recursos creditícios para a compra de bens pessoais e alimentícios. Assim, os resultados admitem a importância de uma avaliação constante dos resultados das ações governamentais para o aprimoramento do Pronaf B.

Palavras-chave: avaliação, beneficiários, políticas públicas.

The impact of Pronaf B on the satisfaction of family farmers of Minas Gerais

Abstract – The National Program for Strengthening Family Agriculture (Pronaf), created in 1996, focuses on promoting sustainable rural development in order to expand productive capacity, employment generation and income enhancement. For both, there is a specific line of work, Pronaf B, targeted to family farmers with monthly income of up to 20 thousand reais. The objective of the research was to evaluate the impact of Pronaf B under the perception of the beneficiaries of meso Jequitinhonha and northern Minas Gerais state, in relation to production, income and quality of life. Visited were 17 municipalities were interviewed between 143 beneficiaries and 53 individuals with similar characteristics to pronafianos, however, have not accessed the program (control group). The statistical treatment

¹ Original recebido em 10/4/2017 e aprovado em 12/9/2017.

² Mestranda em Economia Aplicada. E-mail: rosifortini@gmail.com

³ Doutora em Economia Aplicada. E-mail: sramos1609@gmail.com

⁴ Doutorando em Administração Pública. E-mail: poool18@gmail.com

of the data was based on descriptive statistics, the Cronbach's alpha, the Kolmogorov-Smirnov (KS) and the mean test. It was evident that no effects of the program in production, ensuring no increase in agricultural income, with only more significant impact on quality of life, reflecting a possible misuse of credit resources to purchase food and personal goods. Thus, the results admit the importance of ongoing evaluation of the results of government actions to improve Pronaf B.

Keywords: evaluation, beneficiaries, public policy.

Introdução

A população urbana brasileira na década de 1940 era de 26,3%; 73,7% era rural. Fenômenos como a industrialização e a modernização das atividades agrárias impulsionaram, a partir da década de 1950, o processo de urbanização nacional. O crescimento do êxodo rural resultou, a partir da década de 1980, na inversão do quadro populacional: em 2010, 84,4% dos brasileiros viviam nas cidades e 18,6% residiam na área rural (IBGE, 2010).

Mesmo que a maioria da população nacional habite as cidades, o cenário rural brasileiro abarca uma diversidade de ambientes físicos, recursos naturais, agroecossistemas, sistemas agrários, etnias, culturas, relações sociais, padrões tecnológicos, formas de organização social e política, linguagens e simbologias (RELATÓRIO..., 2006). Todavia, historicamente, poucas políticas públicas foram voltadas para essa realidade. De 1965 a 1985, as políticas públicas dirigidas ao contexto rural privilegiavam os setores mais capitalizados e a produção de commodities para exportação, a fim de equilibrar a balança comercial do País (MATTEI, 2005).

No Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2009), foram identificados no País 4.367.902 estabelecimentos de agricultores familiares, o que representa 84,4% dos estabelecimentos rurais brasileiros. Esse contingente de agricultores familiares ocupava área de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada por todos os estabelecimentos agropecuários. Esses resultados mostram uma estrutura agrária concentrada: os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupam 75,7% da área ocupada.

Apesar de ocuparem uma extensão territorial menor, a agricultura familiar aumentou a produção, fornece trabalho, gera renda e tem papel importante na garantia da segurança alimentar da população brasileira (IBGE, 2009). Assim, torna-se necessário um conjunto de ações dirigidas à política agrícola, tendo na figura do crédito rural um complemento às necessidades de determinados agricultores e regiões não adequadamente atendidos (LUCENA; SOUZA, 2001). O setor agrícola necessita de suportes específicos do governo dadas as suas características particulares, pois ele é influenciado por diversos fatores, entre eles, fatores climáticos, que podem levar a variações da produção e, conseqüentemente, afetar os preços dos produtos.

De acordo com Teixeira (1992), o setor agrícola tem capacidade de gerar estabilidade econômica e social e, por isso, a política agrícola deve ser capaz de gerar a capitalização do segmento agropecuário – sobretudo a agricultura familiar, dada a sua importância dentro do setor agrícola e o fato de estar à margem do crédito rural subsidiado –, estabelecer equilíbrio entre renda agrícola e não agrícola e incentivar o crescimento da produção agrícola para que se tenha a garantia do abastecimento interno e gerar excedentes para exportação.

Observada a importância desse setor, e de maneira a suprir essa lacuna de políticas públicas voltadas aos agricultores familiares, o governo federal criou, em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), tendo como objetivo apoiar o desenvolvimento rural, e, como base, fortalecer a agricultura familiar como meio de proporcionar aumento de emprego, renda e qualidade de vida.

O Pronaf tem por incumbência a redução das desigualdades sociais e regionais, no intuito de reverter o quadro gerado por políticas governamentais conservadoras destinadas a agricultores mais capitalizados (AQUINO; SCHNEIDER, 2010). Chéves (2002) aponta que o pressuposto básico do programa é o de que existia um potencial de geração de renda, no meio rural e nos pequenos municípios, que não tinha “sido suficientemente valorizado”. O programa nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais que vinham sendo postos à margem das políticas públicas (SCHNEIDER et al., 2004).

Entre as variadas linhas de atuação do Pronaf, há uma linha de financiamento específica, o Pronaf B – Microcrédito Rural –, focalizado nos agricultores familiares de baixa renda. Assim, definiu-se que os financiamentos a esse grupo seriam aqueles com taxas de juros mais baixas. Para enquadrar-se no Pronaf B, a renda bruta familiar anual deverá ser de até R\$ 20.000,00 (excluída a aposentadoria rural); e no mínimo 50% desse rendimento deve vir da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento.

Minas Gerais se destaca entre os estados que mais demandam recursos do programa: em 2011, o montante contratado pelos agricultores familiares mineiros representou 12,84% do total, ficando atrás apenas do Rio Grande do Sul, com 18,08%. De acordo com dados do ano-safra 2011/2012 (BRASIL, 2012), as mesorregiões do estado que mais se destacam na concessão do Pronaf B são Norte de Minas e Jequitinhonha, com 63,45% e 21,04% do montante contratado, respectivamente.

Em 2017, o Pronaf B completa 17 anos e, considerando a importância do apoio creditício ao desenvolvimento das atividades rurais, a questão que norteou a investigação foi: o Pronaf B tem causado a satisfação de seus beneficiários quanto à produção, à renda familiar e à qualidade de vida?

Dessa forma, este estudo faz uma avaliação dos efeitos do Pronaf B na satisfação de seus

beneficiários, das mesorregiões Jequitinhonha e Norte de Minas Gerais.

Referencial teórico

Políticas públicas

Com o passar do tempo, o papel que o Estado desempenha na sociedade passou por muitas modificações. Nos séculos 18 e 19, o escopo de atuação era a segurança pública e a defesa externa, por se tratar de um período de instabilidade decorrente de guerras mundiais. No entanto, com o aprofundamento e expansão da democracia, em meados do século 19, os encargos do Estado se diversificaram. Sua função, atualmente, destina-se à promoção do bem-estar da sociedade (LOPES et al., 2008).

Para promover o bem-estar social, é necessário que o Estado desenvolva ações e que atue diretamente em diversos campos, como saúde, educação, habitação, meio ambiente, segurança, assistência social, cultura, saneamento, transporte e desenvolvimento. Para que se alcance os resultados, o governo utiliza-se de políticas públicas. Assim, as políticas públicas são o conjunto de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) delineiam para obter o bem-estar da sociedade e atender as demandas de interesse público (LOPES et al., 2008).

De acordo com Matias-Pereira (2008), as Políticas públicas (*policy*), são outputs, resultantes da atividade política (*politics*), ou seja, abarcam o conjunto de decisões e ações referentes à alocação indispensável de valores. Rua (1997, p. 1) complementa definindo que as políticas públicas representam “o conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica de conflitos quanto aos bens públicos”. Para Saravia e Ferrarezi (2006), trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a sustentar o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios designados a transformar essa realidade social.

Mota (2010), nessa perspectiva, argumenta que é necessário compreender o conceito base, e, para isso, parte da análise de diversas definições de forma a extrair as dimensões que elas comportavam. Assim, a partir de sua percepção, apontou que uma política pública é

[...] a) um processo contínuo de decisões, por ação ou omissão, b) tomadas por órgãos públicos, ou outros por eles empossados, e c) expressas em textos (leis, regras, regulamentos, entre outros), práticas, símbolos e discursos, que refletem d) o resultado da conjugação de perspectivas que diversos atores têm relativamente à e) um problema societal real, ou que seja expectável que venha a surgir. Assim, e com a finalidade de f) produzir impactos reais na vida dos cidadãos, a política deverá g) especificar grupo alvo e meios (humanos, financeiros, logísticos, organizacionais, etc.) que idealmente deverão ser alocados, h) bem como o tipo e conteúdo da provisão [...] (MOTA, 2010, p. 8).

De acordo com Souza (2006), deve-se considerar que o campo de políticas públicas contou com quatro grandes “pais” fundadores: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton. A Tabela 1 destaca seus principais estudos.

As políticas públicas são criadas de forma a suprir as demandas que surgem da sociedade, sendo, assim, uma demonstração do compromisso público de desempenho em uma determinada área de longo prazo, tendo em vista que o direito que as fundamenta é de ordem coletiva (CUNHA; CUNHA, 2002). Teixeira (1992) ressalta que as políticas públicas buscam responder às demandas, sobretudo das partes marginalizadas da sociedade, compreendidas como vulneráveis, visando ampliar e concretizar os direitos de cidadania, que são motivados pelas lutas sociais e que passam a ser reconhecidos institucionalmente.

De acordo com a visão de Secchi (2010), a essência do conceito de políticas públicas é o problema público. Portanto, o que define se uma política é ou não pública é sua intenção de resolução de um problema público, e não se o

Tabela 1. Autores e principais contribuições.

Autor	Principais contribuições
Laswell (1936)	Foi o responsável por introduzir a expressão <i>policy analysis</i> (análise de política pública) e assim promover a conciliação do conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos
Simon (1957)	Trouxe o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (<i>politic ymakers</i>)
Lindblom (1959; 1979)	Questionou a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon e, nesse sentido, indicou a incorporação de outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas, como as relações de poder e a integração entre as fases do processo decisório
Easton (1965)	Definiu a política pública como um sistema, ou seja, uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. Segundo Easton, políticas públicas recebem inputs dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos

Fonte: Souza (2006).

ator que toma a decisão tem personalidade não estatal ou jurídica estatal.

Lopes et al. (2008) argumentam que os grupos que se agregam ao sistema político, sejam aqueles que demandam ou executam as ações – que posteriormente serão transformadas em políticas públicas –, são denominados de atores políticos.

Em todo o procedimento, desde a discussão acerca do problema público, passando pela criação de uma alternativa, até a execução das políticas públicas, depara-se, essencialmente, com dois tipos de atores: os denominados “estatais”, que são aqueles procedentes do governo ou do Estado, e os denominados “privados”, que são os membros da sociedade civil. Os atores estatais são os que desempenham funções públicas no Estado, tendo sido eleitos pela sociedade para um cargo que perdura por determinado tempo, ou atuando em cargo permanente, como os servidores públicos (burocratas). Os atores privados não são vinculados diretamente à es-

estrutura administrativa do Estado: a imprensa, os centros de pesquisa, os grupos de pressão e os de interesse, os lobbies, as associações da sociedade civil organizada, as entidades de representação empresarial e os sindicatos patronais e dos trabalhadores, por exemplo (LOPES et al., 2008).

O Estado atua em processos de forma a colocar em prática as políticas públicas, que, depois de delineadas e formuladas, se estendem em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas (SOUZA, 2006).

O plano é o conjunto de programas que buscam objetivos comuns. Os planos são obtidos quando as prioridades de uma política pública são formalizadas em um modelo, que relacionam meios e fins, encadeando-se temporalmente. Estes colocam em ordem os objetivos gerais e os desagregam em objetivos específicos, que constituíram os objetivos gerais dos programas. Selecionam-se os problemas, constituindo áreas de concentração para que se elaborem os programas que, por ocasião, emanam em projetos. Um programa é a soma de todos os projetos que almejam os mesmos objetivos, em que se torna necessário estabelecer as prioridades da intervenção, identificando e colocando em ordem os projetos, determinando a esfera institucional e alocando os recursos a serem empregados (COHEN; FRANCO, 2008). Programas e políticas públicas frequentemente integram o conjunto das ações do Estado, que os formulam e os implementam, embora não estejam limitados apenas a ele, uma vez que devem, ou pelo menos deveriam, expressar os desejos e necessidades dos cidadãos (SILVEIRA et al., 2013).

As políticas públicas devem ser elaboradas de forma a buscar alternativas para a resolução dos conflitos na sociedade como um todo, tornando as pessoas que se beneficiam dessas ações cidadãos ativos no meio em que vivem e inserindo-os socialmente para que contribuam para o desenvolvimento econômico e social do País.

Avaliação de políticas públicas

A política pública refere-se a uma atuação intencional do Estado juntamente com a sociedade. Assim, nesse campo, torna-se essencial a avaliação sistemática das ações e processos envolvidos, atentando-se à equidade, à efetividade e à satisfação das necessidades básicas da população. Portanto, a avaliação de políticas públicas tem papel abrangente, não se limitando apenas a medir, comparar, mensurar ou controlar algo, mas também julga determinada ação, tendo como referência determinado valor, com participação efetiva dos “atores políticos” envolvidos na avaliação de um objeto em questão (MATIAS-PEREIRA, 2008).

A avaliação trata-se de “uma atividade que tem como objetivo maximizar a eficácia dos programas na obtenção de seus fins e a eficiência na alocação de recursos para a consecução dos mesmos” (COHEN; FRANCO, 2008, p. 77). Refere-se à estimativa sistemática da operação e/ou resultados de um programa ou política, comparada a um conjunto de parâmetros (implícitos ou explícitos) como forma de contribuição ao aprimoramento das ações (ROSSI et al., 2004; WEISS, 1998).

Dessa forma, a avaliação não deve ser vista como atividade isolada, uma vez que envolve o exame das variadas partes do ciclo de vida de uma política ou programa público. Assim, o *feedback* gerado é capaz de fornecer subsídios à tomada de decisão e à retroalimentação de todo o sistema.

A avaliação de políticas públicas está atrelada a um rol de valores e noções sobre a realidade social (MATIAS-PEREIRA, 2008), assim argumentam Silveira et al. (2013). Depois da avaliação, pode-se identificar e devidamente corrigir possíveis erros, averiguar os aspectos negativos e positivos, estimular o debate interinstitucional e gerar o contínuo aprimoramento das políticas sociais.

A avaliação mede o desempenho com base em diferentes critérios, que podem variar de acordo com os objetivos das ações: eficiên-

cia, eficácia e impacto (ou efetividade) (COSTA; CASTANHAR, 2003).

Uma avaliação de eficiência auxilia na decisão, na qual os resultados poderiam ser atingidos a um custo menor, ou seja, uma análise de custo/benefício alcançaria resultados melhores com apenas uma pequena soma de recursos adicionais. A avaliação de eficácia tem como função determinar o grau com que os processos ou métodos adotados estavam sólidos ou em conformidade com os resultados obtidos (ROCHE, 2002).

As avaliações de impacto são contínuos diagnósticos das mudanças duradouras ou expressivas, sejam elas positivas ou negativas, planejadas ou não, na vida dos indivíduos e motivadas por determinada ação ou por uma série de ações (MORRA-IMAS; RIST, 2009; ROCHE, 2002). Avalia-se o impacto analisando até que ponto os resultados de uma intervenção acarretaram mudanças nas vidas dos possíveis beneficiários. Portanto, a avaliação de impacto é realizada, fundamentalmente, sobre a medição e avaliação da mudança. Nessa perspectiva, a avaliação de impacto busca determinar que efeitos nos resultados podem ser atribuídos a determinada intervenção que será avaliada (ROCHE, 2002; ROSSI et al., 2004).

A Figura 1 mostra a distinção entre eficiência, eficácia e impacto.

A eficiência está relacionada aos recursos despendidos na intervenção, a consistência diz respeito à estruturação de atividades e processos realizados que, nesta perspectiva, convergem para o alcance dos resultados da proposta – a eficácia. Os três critérios, em conjunto, direcionam-se aos resultados ou efeitos do projeto, que, se visualizados a longo prazo, denominam-se impactos perceptíveis na mudança de vida dos beneficiados.

Conforme Rua (1997), o controle de impacto de uma política pública sobre os beneficiários deve ser feito nas diversas fases do processo, desde a formulação da política, passando pela implementação, até chegar à avaliação, e não

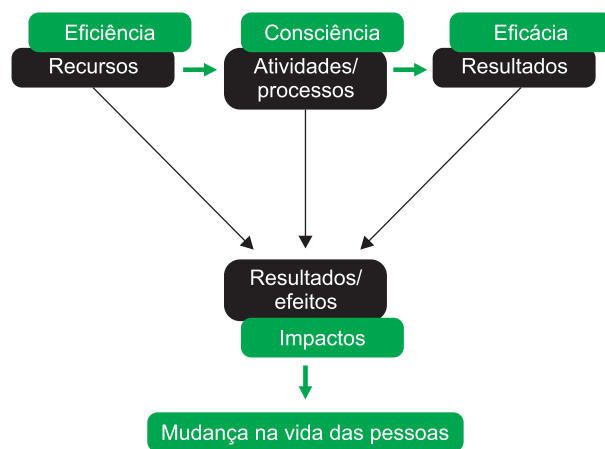


Figura 1. Como distinguir eficiência, eficácia, consistência e impacto.

Fonte: Roche (2002).

somente na etapa final, pois assim podem-se fazer correções constantes no programa, sendo, portanto, uma reformulação contínua da intervenção.

Existe uma diferenciação quanto ao *timing* da avaliação, que pode ser realizada antes, durante ou depois da implementação do programa. De acordo com Lobo (2009), a avaliação *ex-ante*, consiste na análise custo/benefício, de custo/efetividade das taxas de retorno econômico de investimentos previstos.

Nessa direção, Ala-Harja e Helgason (2000) pontuam que há a avaliação intermediária que é gerida durante a implementação de um programa, possibilitando, assim, uma forma de estar ciente quanto ao processo de aprendizagem para o qual se espera cooperar. Possui como objetivos fornecer base sólida para a gestão, a implementação e o desenvolvimento do programa, oferecendo enfoque na aplicabilidade direta dos resultados.

As avaliações *ex-post*, por sua vez, são aquelas realizadas posteriormente à implementação do programa e seu foco é averiguar impactos, atendo-se, com isso, na eficácia do programa; nesse caso, os objetivos atingidos e a credibilidade são mais relevantes do que a apli-

cabibilidade direta dos resultados (ALA-HARJA; HELGASON, 2000).

Desse modo, avaliar uma política pública tem o propósito de contribuir nas tomadas de decisões, fornecendo suporte e informações confiáveis ao poder público, de forma a melhorar sua atuação, levando ao desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social do País. Portanto, o foco é a melhoria dos programas governamentais, sendo utilizada como um mecanismo de *feedback*, para que se possa chegar aos melhores desempenhos. Complementa Arretche (1998) que a avaliação torna-se, tendo em vista seus pressupostos básicos, um verdadeiro instrumento democrático de controle sobre a ação dos governos.

Procedimentos metodológicos

Caracterização da pesquisa

Este estudo caracteriza-se como descritivo, pois, assim como conceituam Cervo e Bervian (2006), buscou-se observar, registrar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos (variáveis). Teve o intuito de conhecer diversas situações e relações que ocorrem na vida social e econômica, além de demais aspectos do comportamento humano. Trata-se, também, de uma pesquisa quantitativa, pois faz uso da quantificação nos dados coletados e os trata por meio de técnicas estatísticas (RICHARDSON, 1999).

Para a realização de avaliações de impacto, Cohen e Franco (2008) sugerem que a pesquisa seja feita via comparação entre dois grupos: o grupo experimental (que usufrui dos benefícios do programa avaliado) e o de controle (que não é submetido às ações do programa), considerando-se o “antes” e o “depois” da implementação do programa.

Entretanto, por causa da não disponibilidade de informações que indiquem o “antes” da implementação do Pronaf B, e considerando que a pesquisa foi amparada em dados primários coletados *in loco*, a avaliação, segundo a classificação de Cohen e Franco (2008), é não

experimental, modelo somente “depois” com grupo de comparação. Segundo os autores, esse modelo contrasta os resultados obtidos no grupo focal do projeto com os de um grupo de comparação que opera como testemunha. Trata-se de um modelo muito utilizado quando se decide avaliar os impactos do projeto que já está em andamento, como é o caso do Pronaf B.

Público-alvo, cálculo da amostra e local de estudo

O grupo focal foi composto pelos beneficiários do programa enquadrados no Grupo B do Pronaf que realizaram contratações durante o período de 2006 a 2012. Estabeleceu-se 2012 como o último ano pelo fato de o empréstimo ter duração de dois anos – em 2014 (momento da pesquisa), o agricultor familiar teria a possibilidade de já ter aplicado todo o recurso contratado. O grupo de comparação, por outro lado, correspondeu aos não beneficiários enquadráveis nessa mesma modalidade de microcrédito rural.

Determinado o público-alvo da pesquisa, realizou-se o cálculo amostral. Considerou-se, para tanto, o universo correspondente ao número de estabelecimentos da agricultura familiar registrado em 2006: 437.415 (IBGE, 2009). Foram adotados o nível de confiança de 95% e o erro amostral de 7%. Nessas condições, obteve-se o total da amostra de 196 indivíduos:

$$n = \frac{\sigma^2 \times p \times q \times n}{\varepsilon^2 (n - 1) + (\sigma^2 \times p \times q)}$$
$$n = \frac{1,96^2 \times 0,5 \times 0,5 \times 437.415}{0,07^2 (437.415 - 1) + (1,96^2 \times 0,5 \times 0,5)} = 196$$

σ = nível de confiança escolhido – 95% = 1,96.

p = probabilidade de ocorrência do fenômeno – 0,5.

q = probabilidade de não ocorrência do fenômeno – 0,5.

n = população – 437.415.

ε = erro – 0,07.

As mesorregiões de Minas com mais contratos registrados no âmbito do Pronaf B foram selecionadas como local de estudo: Jequitinhonha, com 21,04% de participação; e Norte, com 63,45%. Estabeleceu-se, com isso, dois critérios para eleger os respectivos municípios visitados: (i) municípios com número de contratos > 500; e (ii) dado esse corte, os municípios com maior número de contratos. Assim, foram escolhidos 17 municípios (Tabela 2).

Ressalta-se que o número total de cada município na respectiva mesorregião obedeceu à condição de região com maior número de contratos registrados.

Instrumento de coleta de dados

Utilizou-se como método para a coleta dos dados a survey. Adota-se esse tipo de método quando o estudo envolve a coleta de informações de uma grande amostra de indivíduos e os dados colhidos podem variar entre crenças, opiniões, atitudes e até informações gerais sobre a experiência do indivíduo, como gênero, idade, escolaridade e renda (HAIR et al., 2005).

A categoria escolhida neste estudo foi a aplicação de questionário estruturado sob a forma de entrevista pessoal.

O instrumento de coleta de dados foi dividido em duas partes: a primeira era formada pela identificação das características que dificultam o processo de produção no empreendimento rural e pela destinação dada ao recurso creditício; já a segunda, pelos itens de avaliação dos impactos do crédito rural sobre a satisfação dos beneficiários com a produção, a renda familiar e a qualidade de vida. A Tabela 3 mostra cada dimensão, sua descrição e as respectivas variáveis componentes.

Foi utilizada a múltipla escolha – para identificação das dificuldades e aplicação do recurso –, e, para as questões associadas à satisfação, uma escala do tipo Likert. Conforme definição de Malhotra (2001), trata-se de uma escala de medida com cinco ou sete categorias

Tabela 2. Municípios mineiros selecionados para o estudo.

Município	Mesorregião	Participação
Diamantina		
Novo Cruzeiro		
José Gonçalves de Minas	Jequitinhonha	29%
Coronel Murta		
Comercinho		
Salinas		
Porteirinha		
Monte Azul		
Espinosa		
Matias Cardoso		
São João das Missões	Norte	71%
Cônego Marinho		
Januária		
Ibiracatu		
Japonvar		
Brasília de Minas		
Campo Azul		

de respostas que podem variar de “discordo totalmente” a “concordo totalmente”. Para este estudo, adotou-se a seguinte variação de escala: 1 = Discordo Plenamente; 2 = Discordo Parcialmente; 3 = Indiferente; 4 = Concordo Parcialmente; 5 = Concordo Plenamente.

Ressalta-se que, para a condução da pesquisa de campo, respeitou-se a Resolução no 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. O projeto que deu origem ao presente artigo foi enviado ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Viçosa (CEP/UFV), tendo sido aprovado. Foi utilizado, então, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do Participante (TCLE), assinado em duas vias, ficando uma em poder do entrevistador e a outra com o respondente.

Tabela 3. Descrição das dimensões.

Dimensão	Descrição	Variáveis
Produção	Referente à satisfação e percepção acerca da produção agrícola e agropecuária do estabelecimento rural	Tecnologia (acesso), insumos e equipamentos (uso e condições de aquisição), produtividade (quantidade, qualidade e diversidade), distribuição (comercialização)
Renda	Refere-se à satisfação sobre a soma de todos os rendimentos individuais (provenientes ou não das atividades agropecuárias)	Rendimento total e poder de compra
Qualidade de Vida	Fez-se uso da definição de Gonçalves (2004, p. 13) que aponta a qualidade de vida como “a percepção subjetiva do processo de produção, circulação e consumo de bens e riquezas. A forma pela qual cada um de nós vive seu dia-a-dia”	Acesso a serviços de saúde e medicamentos, acesso à educação e cursos de capacitação, necessidades básicas de alimentação, transporte, vestuário e habitação, poder e compra (consumo) e bem-estar

Coleta de dados

A coleta de dados se deu por meio de uma pesquisa de campo⁵. O acesso ao público-alvo da pesquisa foi facilitado por meio da parceria com os técnicos das unidades locais (de cada município) da área de assistência técnica agropecuária da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG (Figura 2).

Em cada município, o técnico da unidade local da Emater-MG encaminhava a equipe de pesquisadores até às lideranças locais (líderes ou representantes das associações de produtores rurais), que, por sua vez, agiram como facilitadores no contato direto com os beneficiários.

No caso dos não beneficiários, os técnicos ou as lideranças locais indicavam diretamente os entrevistados. Realizava-se, inicialmente, uma triagem para verificar se as características dos agricultores familiares se enquadravam nas características elegíveis ao Pronaf B. Dessa forma, foi possível entrevistar cerca de 12 agricultores familiares (entre beneficiários e não beneficiários) em cada um dos 17 municípios.

Dada a melhor forma de acesso ao público-alvo, as entrevistas ocorreram em diversos lugares: nas próprias propriedades e/ou comunidades; em sindicatos rurais; nos escritórios

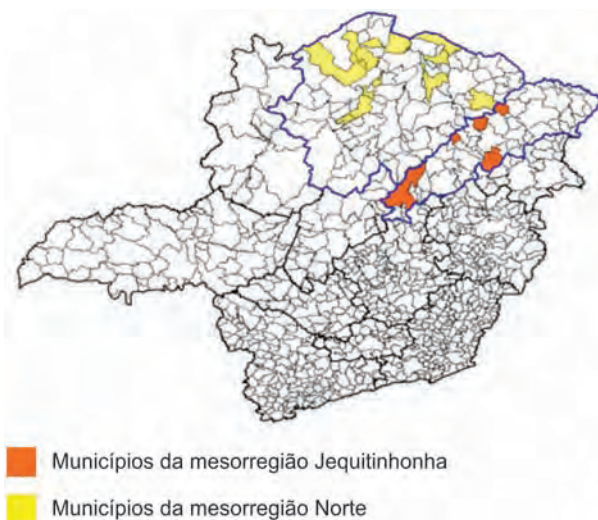


Figura 2. Municípios das mesorregiões do Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas, visitados para aplicação dos questionários.

locais da Emater-MG; secretarias municipais de agricultura; associações de trabalhadores e em feiras livres dos municípios.

Análise dos dados

Para atingir o objetivo proposto por este estudo, o tratamento estatístico dos dados baseou-se na Estatística Descritiva, no Alfa de Cronbach, no teste Kolmogorov-Smirnov (K-S) e no teste de médias.

⁵ A pesquisa de campo foi operacionalizada entre os meses de janeiro e fevereiro de 2014.

Para a análise geral das variáveis, utilizou-se a estatística descritiva que, segundo Fávero et al. (2009), permite uma melhor compreensão do comportamento dos dados por meio de tabelas, gráficos e medidas-resumo, identificando tendências, variabilidades e valores atípicos. Especificamente, fez-se uso de medidas de posição (média aritmética), medidas de dispersão (desvio padrão) e distribuição de frequências.

Com o intuito de verificar, a confiabilidade das dimensões (produção, renda e qualidade de vida) utilizou-se a técnica do Alfa de Cronbach, que se trata de uma ferramenta estatística que visa à validação dos constructos em que as variáveis componentes são fortemente correlacionadas (HAIR et al., 2009). A confiabilidade de um teste é a constância ou estabilidade dos resultados que proporciona um instrumento de medida (BISQUERRA et al., 2004).

A técnica do Alfa de Cronbach permite valores no intervalo de 0 a 1 – valores baixos indicam que os itens utilizados na escala não medem adequadamente o constructo utilizado. Por outro lado, valores elevados informam que os itens se correlacionam adequadamente. Em pesquisas descritivas causais, em que conceitos devem ser bem confiáveis, a literatura sugere um corte de 0,60.

Cada dimensão estudada é composta por um conjunto de variáveis, cujos valores foram somados, apurando-se a média dos escores de cada uma de suas variáveis. Cada família atribuiu avaliações a essas respectivas variáveis, e o mesmo procedimento foi aplicado, obtendo, assim, a soma da avaliação caso a caso para as dimensões. Tal abordagem, conhecida como Escala Somada, tem como vantagens “facilitar a comparação dos grupos e compreensão de suas diferenças, visto que, desta forma, várias afirmações são somadas para formar um escore total para um constructo” (HAIR et al., 2005, p. 199).

De modo a permitir a constatação de possíveis diferenças entre as médias do grupo de beneficiários do programa e dos não beneficiários em relação à satisfação com a produção, à

renda familiar e à qualidade de vida, fez-se uso do teste de médias.

Para determinar qual o teste de médias a ser utilizado, é preciso verificar a normalidade da distribuição através do teste K-S. Caso os dados sejam normalmente distribuídos, deve-se utilizar o teste paramétrico t de Student que, segundo Hair et al. (2005, p. 297), “permite avaliar se as diferenças observadas entre as médias de duas amostras ocorreram por acaso ou se houve uma diferença verdadeira”. Trata-se de um teste que utiliza a distribuição t, caracterizada pela simetria e pela forma de sino, com média igual a 0 e desvio padrão igual a 1 (HAIR et al., 2005).

Caso o teste de normalidade aponte para a não normalidade da distribuição, será aplicado o teste não paramétrico de U Mann-Whitney. Segundo Fávero et al. (2009), a técnica estatística de Mann-Whitney permite ao pesquisador testar a igualdade das médias de dois grupos independentes, mesmo que um dos grupos possua tamanho amostral pequeno ou que não possua dados normalmente distribuídos. O teste de Mann-Whitney possibilita a comparação das médias com base no ordenamento das variáveis, de modo que, à medida que se aumenta o tamanho da amostra, a distribuição aproxima-se da normalidade. Por essa técnica, pode-se verificar a igualdade ou divergência dos indicadores nos grupos de beneficiários e não beneficiários.

Esta pesquisa teve como base, portanto, as seguintes hipóteses estatísticas:

H0: $0 = 1$ – a média da satisfação dos beneficiários é igual à média de satisfação dos não beneficiários.

H1: $0 \neq 1$ – a média da satisfação dos beneficiários é diferente da média de satisfação dos não beneficiários.

Assim, foi analisada a descrição estatística e a comparação de médias – da satisfação com a produção, da renda familiar e da qualidade de vida. Por fim, ressalta-se que, para o tratamento dos dados e a realização das análises estatísticas, foram utilizados os programas MS Excel e Statistical Package for the Social Sciences (SPSS).

Resultados e discussão

Avaliação do impacto do Pronaf B na satisfação dos beneficiários

Uma das pressuposições básicas das políticas cujo foco é o apoio creditício à produção é promover efeitos positivos primeiramente nas condições de produção dos agricultores familiares e, posteriormente, na renda e de modo consequente na qualidade de vida dos beneficiários.

Portanto, buscou-se avaliar o impacto do Pronaf B sobre a satisfação de seus beneficiários quanto às dimensões Produção, Renda e Qualidade de Vida. A amostra do estudo correspondia a 196 indivíduos; destes, 143 representaram o grupo beneficiário e 53, o grupo controle. Inicialmente, com base na Tabela 4, realizou-se a validação de cada dimensão. Observa-se, com isso, que as dimensões foram validadas pelo Alfa de Cronbach, apresentando cada uma um valor aceitável pela literatura (superior a 0,60).

Posteriormente, realizou-se o teste K-S, que apontou que as três dimensões não seguem a distribuição normal, pois apresentaram nível de significância inferior a 5% (Tabela 5).

Em seguida, tendo como base o resultado do teste K-S, aplicou-se o teste de U de Mann-Whitney (Tabela 6).

Nota-se que tanto os beneficiários quanto o grupo controle não apresentaram diferenças das médias nas dimensões Produção e Renda. Somente na dimensão Qualidade de Vida pode-se inferir efeito do Programa na satisfação de seus beneficiários. A Tabela 7 mostra a média das dimensões analisadas.

Na dimensão Produção, a média para os beneficiários foi de 2,79, enquanto a do grupo controle foi de 2,63. Observa-se que ambos os grupos obtiveram baixas avaliações quanto à produção: as médias ficaram abaixo do nível intermediário da escala (3,00 pontos). Nesse sentido, verifica-se que tanto os pronafianos quanto o grupo controle encontram-se insatisfeitos com

Tabela 4. Teste de Alfa de Cronbach.

Dimensão	Alfa de Cronbach	Número de itens
Qualidade de Vida	0,660	9
Produção	0,647	7
Renda	0,607	2

Tabela 5. Teste de Normalidade Kolmogorov-Smirnov.

Dimensão	Kolmogorov-Smirnov	
	Número	Nível de significância
Media Qualidade de Vida	196	0,038
Media Renda	196	0,000
Media Produção	196	0,000

os aspectos relacionados à produção em seus empreendimentos rurais, embora os primeiros obtiveram média superior ao segundo.

De forma a compreender os porquês da insatisfação com a produção agropecuária, destaca-se que os agricultores alegaram, principalmente, ter dificuldades de produzir por causa de fatores climáticos (52,69%), decorrente da seca, e por causa da falta de capital para investir (24,37%) (Tabela 8).

A falta de capital para investir deve-se ao fato de as contratações no âmbito do Pronaf B, segundo a percepção dos entrevistados, não abrangerem itens para investimento no empreendimento rural. Além disso, os pronafianos consideram baixo o valor do crédito oferecido nessa modalidade, que em muitos casos é denominado por eles de “pronafinho”.

É interessante notar que o conjunto de tais eventos contribui para a baixa produção, e isso reduz a possibilidade de comercialização. Além disso, as distâncias entre os núcleos urbanos das cidades e as propriedades rurais inibem a participação dos agricultores em feiras livres ou em mercados municipais, pois o acesso a tais ambientes comerciais é difícil e não há facilitadores.

Tabela 6. Resumo do teste de U de Mann-Whitney.

Hipótese nula	Teste	Sig.	Decisão
A distribuição de média da dimensão Produção é a mesma entre os grupos	Teste U de Mann-Whitney	0,128	Aceitar a hipótese nula
A distribuição de média da dimensão Renda é a mesma entre os grupos	Teste U de Mann-Whitney	0,135	Aceitar a hipótese nula
A distribuição de média da dimensão Qualidade de Vida é a mesma entre os grupos	Teste U de Mann-Whitney	0,160	Não aceitar a hipótese nula

Tabela 7. Média das dimensões.

Dimensão	Beneficiários			Não beneficiários		
	Número	Média	Desvio padrão	Número	Média	Desvio padrão
Produção	143	2,79	0,68	53	2,63	0,93
Renda	143	3,88	0,89	53	3,51	1,24
Qualidade de Vida	143	3,67	0,62	53	3,53	0,71

Tabela 8. Principais dificuldades de produção dos beneficiários.

Variável	Frequência	%	% acumulado
Chuva	4	1,43	1,43
Idade	4	1,44	2,87
Comercialização da produção	14	5,02	7,89
Falta de mão de obra	42	15,05	22,94
Falta de capital para investir	68	24,37	47,31
Seca	147	52,69	100
Total	279		

A venda do excedente de produção ocorre, corriqueiramente, entre vizinhos e comunidades próximas. Os preços praticados nessas trocas são baixos, pois, na maioria das vezes, os laços de amizade influenciam a redução dos valores das mercadorias.

Percebe-se, assim, que os efeitos das situações supracitadas tiveram impacto na percepção dos entrevistados e refletiu no modo pelos quais

ambos os grupos manifestaram suas opiniões quanto às condições de produção de seus estabelecimentos.

O Pronaf B é um programa de microcrédito produtivo, ou seja, oferece crédito para a produção a baixos custos. O montante recebido, quando aplicado aos destinos programados (investimento na produção, no empreendimento rural, na criação de animais, etc.), tem a possibilidade de melhorar a produtividade.

Ao verificar que não há impacto na satisfação dos beneficiários quanto a essa dimensão, chama-se atenção para um problema no cerne da política, uma vez que se trata de uma modalidade específica de custeio e este tem sido alvo de insatisfação dos pronafianos, ressaltando que um de seus objetivos gerais é potencializar a capacidade produtiva da agricultura familiar.

A dimensão Renda foi a que apresentou maior média de satisfação tanto dos beneficiários (3,88) quanto do grupo controle (3,51). Nota-se que apesar de não haver diferenças significativas entre as percepções, o nível médio de satisfação dos pronafianos foi superior aos dos não beneficiários.

A esses resultados pode-se associar a vinculação dos agricultores familiares de baixa renda a outros programas sociais do governo federal, como o Bolsa Família. Destaca-se, também, que a aposentadoria não é considerada para o cálculo do rendimento anual elegível ao Pronaf B, o que tem a possibilidade de elevar o rendimento monetário familiar. Reforça-se, que ambos os grupos podem ter acesso a tais benefícios, o que pode ter contribuído para a não diferenciação entre eles.

Verifica-se, também, que a cadeia de evolução do Pronaf B não está promovendo seu propósito: a insatisfação quanto à produção, aliada ao não impacto do Programa, reflete a não diferenciação entre os grupos quanto à renda, fato comprovado nessa segunda dimensão analisada. Espera-se que o incremento da produção promova aumento da renda e posterior satisfação com ambas as dimensões.

A dimensão Qualidade de Vida apresentou média, para os beneficiários, de 3,67; para o grupo controle, a média foi de 3,53. Assim, os agricultores beneficiários do Pronaf B apresentaram nível médio de satisfação superior ao do grupo controle, apesar da proximidade entre os resultados. Nessa dimensão, constata-se que há impacto positivo do Pronaf B na satisfação com a qualidade de vida.

Tendo em vista os objetivos do Pronaf B, espera-se que o incremento à produção e, posteriormente, à renda seja capaz de promover, ao longo do tempo, melhorias na qualidade de vida das famílias beneficiadas. Todavia, chama-se a atenção para esses resultados. Verificou-se que não houve impacto do programa na satisfação tanto com a produção quanto em relação à renda. Assim, a melhoria social ampla, proposição de longo prazo do programa, está sendo atingida, provavelmente por causa de outros fatores provenientes da adesão ao microcrédito. Isso pode ser reflexo da ocorrência de um possível desvio dos recursos para compra de bens de consumo pessoal e alimentícios.

Isso vai de encontro aos objetivos do programa, uma vez que sua finalidade é fortalecer a capacidade produtiva, aumentando a produção e a renda do agricultor familiar. Assim, presume-se que, isso ocorrendo, haverá reflexos na qualidade de vida dos beneficiados pelo programa, sendo esse um efeito de longo prazo. Porém, os resultados apontam que está ocorrendo uma lacuna nos dois primeiros objetivos, mas não no último, que, na lógica, seria consequência dos dois anteriores.

A Tabela 9 foi estruturada, segundo o grau de importância dado pelo beneficiário em relação à destinação do recurso do contratado no âmbito do microcrédito rural.

Tabela 9. Percepção dos beneficiários dos destinos dos recursos do Pronaf B.

Variável	Frequência	%	% acumulado
Aquisição de animais	140	32,0	32,0
Melhoria da infraestrutura do empreendimento	108	24,7	30,4
Custeio da produção	83	19,0	62,5
Investimento em bens de consumo pessoal	51	11,7	74,1
Compra de bens alimentícios	30	6,9	93,1
Investimentos em máquinas e equipamentos	25	5,7	100
Total	437	100	

Constata-se que 32% dos beneficiários destinam o recurso para aquisição de animais, seguido de melhorias da infraestrutura do empreendimento (24,7%). Observa-se o baixo destino ao investimento de máquinas e equipamentos (5,7%), uma vez que trata-se de uma modalidade destinada ao custeio da produção. Chama-se a atenção para os itens compra de bens alimentícios e investimento em bens de

consumo pessoal, que somam 18,6%, valor que quase se iguala ao do destino do custeio de produção, com 19%.

Análise das dimensões Produção, Renda e Qualidade de Vida

De modo a explorar os resultados, fez-se a análise detalhada de cada dimensão, apresentando as variáveis que as compõem, bem como uma comparação das médias dos grupos controle e beneficiários.

Na dimensão Produção, de acordo com a Tabela 10, foram considerados aspectos referentes à satisfação e percepção acerca da produção agrícola e agropecuária do estabelecimento rural. As variáveis estabelecidas foram: tecnologia (acesso), insumos e equipamentos (uso e condições de aquisição), produtividade (quantidade, qualidade e diversidade) e distribuição (comercialização).

Nota-se que as variáveis condições de adquirir equipamentos, acesso à tecnologia e condições de comercializar a produção possuem médias inferiores à faixa intermediária de pontos em ambos os grupos. Além disso, o grupo controle apresenta médias superiores aos dos beneficiários nas duas primeiras variáveis anteriormente destacadas, o que reforça o fato de que o Pronaf B não está sendo efetivo em seus objetivos para custeio da produção (compra de insumo, matérias-primas, animais e realização de melhorias na infraestrutura do empreendimento familiar). Ressalta-se que a maioria do maquinário utilizado na condução do empreendimento rural é proveniente de aluguéis.

As variáveis aumento da produção e qualidade da produção apresentaram médias mais elevadas nos beneficiários do que no grupo controle; a diversificação da produção ficou próxima da faixa intermediária de pontos. A agricultura familiar tem por característica a diversidade de produção para a subsistência da família, mas esse fato pode estar atrelado às características climáticas da região, que não são favoráveis à variedade de culturas.

Os baixos níveis de satisfação com aspectos técnicos da produção e os altos níveis com a produtividade podem estar associados ao fato de a agricultura familiar fazer uso de técnicas próprias e “caseiras” para a prosperidade da produção. Destaca-se que foi comum na fala dos entrevistados a doação, por parte de sindicatos e associações, de sementes para o plantio, o que tem a possibilidade de incrementar a produção. Nota-se, também, mesmo tendo em vista as condições climáticas adversas, que os agricultores percebem o aumento da produção, o que mostra a dedicação, persistência e confiança dos produtores em sua atividade.

A Tabela 11 mostra a dimensão Renda, que refere-se à satisfação sobre a soma de todos os rendimentos individuais (provenientes ou não das atividades agropecuárias). Para Pereira et al. (2010), a renda das famílias do meio rural pode ser composta por cinco fontes: trabalho principal das atividades agrícolas; atividades não agrícolas; trabalhos secundários e outros trabalhos; aposentadorias e pensões; e, por último, juros e aluguéis. As variáveis utilizadas foram: rendimento total e o poder de compra.

O rendimento familiar apresentou média superior nos beneficiários (4,08); no grupo controle, foi de 3,55. O rendimento familiar dos beneficiários, bem como do grupo controle, está pautado não somente na renda agropecuária, mas também é complementado por outros auxílios do governo para este segmento da população.

O poder de compra – que se refere ao rendimento real, podendo ser entendido como o valor de uma moeda, expresso em termos da quantidade de bens ou serviços –, apresentou média maior para os beneficiários (3,68).

A Tabela 12 mostra os resultados referentes à percepção de satisfação para com aspectos do dia a dia das famílias rurais. Foram estabelecidas as seguintes variáveis: acesso a serviços de saúde e medicamentos, acesso à educação e cursos de capacitação, suprimento das necessidades

Tabela 10. Média das variáveis que compõem a dimensão Produção.

Variável	Beneficiário		Controle	
	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão
Aumento da produção	3,79	1,37	3,17	1,64
Qualidade da produção	3,85	1,34	3,25	1,55
Diversificação da produção	3,06	1,37	3,02	1,44
Condições de comprar insumos	3,10	1,49	3,30	1,44
Condições de adquirir equipamentos	1,52	0,96	1,57	0,97
Acesso à tecnologia	1,41	0,87	1,68	1,18
Condições de comercializar a produção	2,84	1,55	2,40	1,58

Tabela 11. Média das variáveis que compõem a dimensão Renda.

Variável	Beneficiário		Controle	
	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão
Poder de compra	3,68	1,31	3,47	1,32
Rendimento familiar	4,08	1,03	3,55	1,37

Tabela 12. Média das variáveis que compõem a dimensão Qualidade de Vida.

Variável	Beneficiário		Controle	
	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão
Acesso à medicamentos	3,57	1,39	3,40	1,52
Acesso à serviços de saúde	3,54	1,44	3,25	1,54
Acesso à educação	3,90	1,30	3,09	1,51
Acesso à cursos de capacitação	2,24	1,45	2,79	1,51
Alimentação	4,22	0,93	4,23	0,86
Transporte	3,77	1,27	3,98	1,13
Vestuário	3,76	1,22	3,68	1,20
Habitação	3,62	1,27	3,45	1,36
Bem-estar da família	4,41	0,74	3,98	1,10

básicas de alimentação, transporte, vestuário e habitação e quanto ao bem-estar da família.

Quanto às variáveis que compuseram essa dimensão, apenas a acessibilidade a cursos de capacitação (2,79), necessidades básicas de alimentação (4,23) e de transporte (3,98), apresentaram médias superiores no grupo controle.

Nas demais variáveis, os beneficiários obtiveram maior satisfação média.

Destaca-se a variável acesso a cursos de capacitação, que em ambos os grupos obteve média inferior à faixa média da escala. Esse resultado reflete a dificuldade dos agricultores familiares em acessar cursos técnicos ou supe-

riores, que poderiam auxiliá-los na condução técnica e operacional do empreendimento rural.

Desse modo, pelas razões apresentadas, entende-se que os programas que beneficiam a agricultura familiar, em especial o Pronaf B, tem o objetivo de promover um retorno social, por atenderem a população rural de mais baixa renda. Observou-se, para esse caso estudado, que o programa não está causando efeitos na produção; assim, inibe-se a possibilidade de garantir efeitos positivos e vindouros na renda proveniente da propriedade rural, sendo o impacto mais expressivo somente na qualidade de vida, reflexo de um possível desvio de recursos para compra de bens pessoais e alimentícios.

Os objetivos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar têm a intenção de promover o aumento da capacidade produtiva, a ampliação da renda e, consequentemente, contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares. Entretanto, acredita-se que esse processo não deve ser visto como uma cadeia sequencial de passos. O fator propulsor do processo é o microcrédito. Acredita-se que a orientação e o acompanhamento sistemáticos dos agentes envolvidos na concessão do crédito devam compreender todas as etapas do processo: desde a conscientização dos tomadores, passando pela concessão, aplicação e condução da atividade.

Considerações finais

Os dados apurados permitiram importantes constatações e inferências sobre os impactos do Pronaf B em relação aos beneficiários e suas famílias. Os resultados admitem a importância de uma avaliação constante dos efeitos das ações governamentais.

Por esse motivo, e por se tratar também de um programa com custo elevado aos cofres públicos, e para a sociedade como um todo, o Pronaf B deve ser permanentemente revisto e avaliado, de forma que se tenha um *feedback* das ações, e posteriormente aperfeiçoado para

que não perca seus atributos originais de proteger eficientemente um segmento da população rural de grande importância para o País.

Ficou claro que o efeito mais importante para os agricultores familiares foi a sensação de que passaram a viver melhor, o que pode ser traduzido em uma qualidade de vida melhor, alimentação com diversidade e quantidade suficiente para o atendimento do consumo familiar, elevando o bem-estar da família.

No entanto, o desafio é fazer do programa não apenas um promissor de qualidade de vida, mas, em primeiro lugar, um incentivo à produção, para posteriormente haver melhora da renda, seguindo o caminho para a inserção social, sendo capaz, portanto, de aprimorar as condições socioeconômicas desse segmento rural. Ressalta-se que esse programa deve ser conduzido com outras políticas e programas públicos (como o Programa de Aquisição de Alimentos, o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o Programa de Garantia Safra e o Programa Mais Alimentos), criando alicerce para um processo estável de desenvolvimento local com melhor distribuição de renda e consequente equidade social.

Uma alternativa para incentivar os agricultores familiares a aumentarem a produção seria conceder, por exemplo, linhas de financiamento para empreendimentos coletivos para a compra de máquinas e equipamentos a serem utilizados por mais de uma família, evitando assim o desvio de recursos para outros meios que não a produção agrícola e a sobrecarga do valor de aluguéis desses equipamentos. Tal alternativa tem a possibilidade de permitir o acesso a tecnologias antes proibitivas diante do valor do recurso recebido do Pronaf B.

Os resultados desta pesquisa mostram os gargalos e os pontos a serem melhorados para o aperfeiçoamento do Pronaf B. Como afirma Motter (2013), os próprios profissionais da Emater-MG indicaram as áreas que devem ser aperfeiçoadas e a contratação de mais agentes da assistência técnica e extensão rural para fisca-

lizar e acompanhar a aplicação dos recursos, de modo a diminuir possíveis desvios e melhorar a agilidade dos agentes financeiros no processo de concessão do crédito.

Portanto, acredita-se que a solidificação de um sistema de avaliação de políticas públicas, em especial das direcionadas para a agricultura familiar, poderá ser aperfeiçoada para que os recursos sejam mais bem aplicados. Tais condições podem facilitar o alcance dos objetivos do programa de incentivo à produção, levando a um aumento de renda proveniente da atividade agrícola, para posteriormente promover efeitos positivos na qualidade de vida e em direção ao desenvolvimento rural sustentável.

Referências

- ALA-HARJA, M.; HELGASON, S. Em direção às melhores práticas de avaliação. **Revista do Serviço Público**, v. 51, n. 4, p. 5-59, out./dez. 2000.
- AQUINO, J. R. de; SCHNEIDER, S. (Des) caminhos da política de crédito do Pronaf na luta contra a pobreza e a desigualdade social no Brasil rural. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS CONTRA A POBREZA E A DESIGUALDADE, 1., 2010, Natal. **Anais...** Natal: UFRN, 2010. 21 p.
- ARRETCHE, M. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, E. M. (Org.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 1998. p. 29-39.
- BISQUERRA, R.; SARRIERA, J. C.; MARTINEZ, F. **Introdução à estatística: enfoque informático com o pacote estatístico SPSS**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Safra 2011/2012**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <www.mda.gov.br>. Acesso em: 7 jan. 2014.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.
- CHÉVES, M. L. Z. **Os conselhos municipais de desenvolvimento rural: um espaço para a mobilização das capacidades locais**. 2002. 98 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- COHEN, E.; FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- COSTA, F. L.; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, v. 37, n. 5, p. 962-969, set./out. 2003.
- CUNHA, E. de P.; CUNHA, E. S. M. Políticas públicas e sociais. In: CARVALHO, A.; SALES, F. (Org.) **Políticas públicas**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2002. p. 11-25.
- FÁVERO, L. P.; BELFIONE, P.; SILVA, F. L. da; e CHAN, B. L. **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- GONÇALVES, A. Em busca do diálogo do controle social sobre o estilo de vida. In: VILARTA, R. (Org.). **Qualidade de vida e políticas públicas: saúde, lazer e atividade física**. Campinas: IPES, 2004. p. 17-26.
- HAIR, J. F.; BABIN, B.; MONEY, A. H.; SAMOUEL, P. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- HAIR, J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. **Análise multivariada de dados**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- IBGE. **Censo 2010**. 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 12 dez. 2012.
- IBGE. **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2012.
- LOBO, T. Avaliação de processos e impactos em programas sociais: algumas questões para reflexão. In: RICO, E. M. (Org.). **Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 75-84.
- LOPES, B.; AMARAL, J.; CALDAS, R. W. **Políticas públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: Sebrae, 2008.
- LUCENA, R. B.; SOUZA, N. J. Políticas agrícolas e desempenho da agricultura brasileira: 1950-00. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 29, n. 2, p. 180-200, ago. 2001. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/1313/1680>. Acesso em: 9 ago. 2017.
- MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de gestão pública contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2008.
- MATTEI, L. **Impactos do Pronaf: análise de indicadores**. Brasília: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, 2005. (Série estudos, 11).
- MORRA-IMAS, L. G.; RIST, R. C. **The road to results: designing and conducting effective development evaluations**. Washington, DC: The World Bank, 2009.
- MOTA, L. F. de O. **Implementação de políticas públicas em quadros de public governance – colaboração inter-organizacional como fator-chave: o caso dos centros novas oportunidades do distrito de Lisboa**. 2010. 107 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

MOTTER, K. Z. **Avaliação da eficiência do Pronaf B e seus resultados na qualidade de vida em Estado de Minas Gerais.** 2013. 97 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG.

RELATÓRIO Pronaf: resultados da Etapa Paraná. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, 2006. Disponível em: <http://www.ibase.br/userimages/pub_pronaf_final4.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2014.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHE, C. **Avaliação de impacto dos trabalhos de ONGs:** aprendendo a valorizar as mudanças. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ROSSI, P. H.; LIPSEY, M. W.; FREEMAN, H. E. **Evaluation:** a systematic approach. California: Sage Publications, 2004.

RUA, M. das G. **Análise de políticas públicas:** conceitos básicos. Washington, DC: Indes/BID, 1997. Mimeo.

SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. **Políticas públicas:** coletânea. Brasília, DF: Enap, 2006.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In.: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004. p. 21-50.

SECCHI, L. **Políticas públicas:** conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SILVEIRA, S. de F. R.; VIEIRA, L. H. S.; CAPOBIANGO, R. P.; REIS, P. R.; DRUMOND, A. M. Políticas públicas: monitorar e avaliar para quê? In: FERREIRA, M. A. M.; ABRANTES, L. A. (Org.). **Políticas públicas, gestão e sociedade.** Viçosa, MG: Ed. da UFV, 2013. p. 301-323.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

TEIXEIRA, E. C. Política agrícola e perspectivas de desenvolvimento. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICA AGRÍCOLA, 3., 1991, Viçosa, MG. **Política agrícola e desenvolvimento:** trabalhos apresentados. Viçosa, MG: Ed. da UFV, 1992.

WEISS, C. **Evaluation:** methods for studying programs and polices. Upper Saddle River: Prentice-Hall, 1998.